



PROJETO BÁSICO Nº 008/2025

1. OBJETO

1.1 CONSTRUÇÃO DE MALOCÃO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE INDÍGENA RAPOSA, NO MUNICÍPIO DE NORMANDIA/RR.

1.2 **Natureza da Contratação:** Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de Obra de Engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A construção de um malocão comunitário na comunidade indígena visa atender às necessidades sociais, culturais e comunitárias de seu povo, fortalecendo o espaço de convivência, preservação das tradições e promoção da organização social local. O malocão, além de possuir função arquitetônica e simbólica central nas aldeias, representa um patrimônio cultural imaterial, sendo local de decisões coletivas, rituais tradicionais, assembleias, eventos educativos e manifestações culturais.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 Os serviços a serem executados deverão obedecer às condições gerais previstas no Estudo Técnico Preliminar, assim como as normas da ABNT pertinentes.

3.2 Resumidamente, os serviços demandados se referem a obra de engenharia dizendo respeito aos serviços de:

- Alvenaria;
- Estrutura metálica;
- Cobertura;
- Instalações elétricas e hidrossanitárias;
- Revestimentos.

3.3 Os serviços a serem executados deverão obedecer às condições gerais previstas neste Estudo Técnico Preliminar, assim como as normas da ABNT pertinentes. Os

PROJETO DE LEI Nº 003/2022

PROJETO

DE LEI Nº 003/2022
DE REFORMA DO REGIME DE LICITAÇÃO
DE MATERIAIS DE CONSUMO NO MUNICÍPIO DE
ROZAMARIA

Considerando que o Município de Rozamaria possui um regime de licitação para a aquisição de materiais de consumo, o qual vem sendo aplicado desde a promulgação da Lei nº 14.133/2021, observando as normas e procedimentos estabelecidos nos artigos 1º a 15º da referida Lei, e considerando que a atual legislação em vigor não contempla todas as situações que podem ocorrer na prática, torna-se necessária a alteração do atual regime de licitação para a aquisição de materiais de consumo, visando a melhoria dos processos licitatórios e a otimização dos recursos públicos.

JUSTIFICATIVA

1.1 A contratação de um material de consumo é uma atividade essencial para o funcionamento das atividades administrativas do Município de Rozamaria, sendo necessário a aquisição de materiais de consumo para a realização das atividades administrativas, bem como para a manutenção dos equipamentos e instalações do Município. Atualmente, a aquisição desses materiais é realizada por meio de licitação, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. No entanto, a atual legislação em vigor não contempla todas as situações que podem ocorrer na prática, tornando-se necessária a alteração do atual regime de licitação para a aquisição de materiais de consumo, visando a melhoria dos processos licitatórios e a otimização dos recursos públicos.

EM BRANCO

DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente projeto tem por objetivo a alteração do atual regime de licitação para a aquisição de materiais de consumo, visando a melhoria dos processos licitatórios e a otimização dos recursos públicos.

1.2 O presente projeto tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo para a realização das atividades administrativas do Município de Rozamaria.

1.3 O presente projeto tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo para a manutenção dos equipamentos e instalações do Município.

1.4 O presente projeto tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo para a realização das atividades administrativas do Município.

1.5 O presente projeto tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo para a manutenção dos equipamentos e instalações do Município.

1.6 O presente projeto tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo para a realização das atividades administrativas do Município.

1.7 O presente projeto tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo para a manutenção dos equipamentos e instalações do Município.

1.8 O presente projeto tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo para a realização das atividades administrativas do Município.

1.9 O presente projeto tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo para a manutenção dos equipamentos e instalações do Município.



serviços demandados se referem a serviços de engenharia no que diz respeito a construção do malocão, que contemplem todos os serviços da tabela SINAPI atualizada. Importante destacar que a descrição analítica desses serviços se encontram disponíveis nos sites de domínio público.

3.4 As Bonificações e Despesas Indiretas – BDI serão acrescidas ao valor unitário de cada item, conforme o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU, de acordo com os documentos anexos, Ficando em 23,54%.

4 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços serão na Comunidade Indígena Raposa, no Município de Normandia.

5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL/CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.2. A licitação será por VALOR GLOBAL, conforme modelos de planilhas orçamentárias disponibilizadas nos anexos deste Edital.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por VALOR GLOBAL, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

6 DAS NORMAS TÉCNICAS

Os materiais empregados e os serviços executados, de conservação e manutenção, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto deste Projeto Básico, existentes ou que venham a ser editadas.

7 DO VALOR ESTIMADO

O valor total geral para execução dos serviços, com BDI, é de R\$ 791.423,38(setecentos e noventa e um mil, quatrocentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), com recursos de emenda parlamentar por transferência especial Plano de Ação nº 202543410008.



Este documento tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica e consultoria para a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura para a construção de obras de infraestrutura urbana e saneamento básico no Município de Noronha.

O presente Edital tem por objeto a contratação de uma empresa qualificada para a execução dos serviços de engenharia e arquitetura necessários à elaboração e execução dos projetos de engenharia e arquitetura para a construção de obras de infraestrutura urbana e saneamento básico no Município de Noronha.

1. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será realizada no Município de Noronha, conforme especificações técnicas e cronograma de execução.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E OBJETIVO DO EDITAL

1.1. O presente Edital tem por objeto a contratação de uma empresa qualificada para a execução dos serviços de engenharia e arquitetura necessários à elaboração e execução dos projetos de engenharia e arquitetura para a construção de obras de infraestrutura urbana e saneamento básico no Município de Noronha.

EM BRANCO

1.2. O Edital de licitação será aberto em 15 de maio de 2024, às 14h, no Município de Noronha, para a contratação de uma empresa qualificada para a execução dos serviços de engenharia e arquitetura necessários à elaboração e execução dos projetos de engenharia e arquitetura para a construção de obras de infraestrutura urbana e saneamento básico no Município de Noronha.

3. DAS NORMAS TÉCNICAS

3.1. Os serviços serão executados de acordo com as normas técnicas e especificações técnicas e cronograma de execução.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O valor estimado para a execução dos serviços é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).



8 PROPOSTA DE PREÇOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



8.1 PROPOSTA DE PREÇOS

8.1.1 Deverá constar na proposta:

8.1.1.1 Razão social, endereço completo, telefone, e-mail, banco, agência e número da conta bancária da empresa proponente;

8.1.1.2 Especificações de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos;

8.1.1.3 O valor total da proposta para cada item que participar em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso;

8.1.1.4 Planilha de custos e formação de preço, conforme modelo constante no anexo, em meio físico e digital (CD-ROM), contendo os itens, discriminações, unidades de mediação e quantidades para todos os itens;

8.1.1.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

8.1.1.6 Composições unitárias (inclusive composições auxiliares), na forma do art. 59 da Lei nº 14.133/21 e Súmula 258/2010 do TCU;

8.1.1.7 Na composição dos preços unitários, o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.1.1.8 Planilha analítica de encargos sociais e planilha analítica de composição do BDI, detalhando todos seus componentes em valores nominais como também na forma percentual;

8.1.1.9 Cronograma físico-financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada;

8.1.1.10 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

PROPOSTA DE PREÇOS E DE EXECUÇÃO TÉCNICA

8.1 PROPOSTA DE PREÇOS

8.1.1. A proposta deverá conter o valor unitário e o valor total de cada item, bem como o valor total da proposta, em reais, com o devido acréscimo de 5% (cinco por cento) de imposto de renda sobre o lucro líquido da empresa contratada, conforme disposto no Edital.

8.1.2. A proposta deverá conter o valor unitário e o valor total de cada item, bem como o valor total da proposta, em reais, com o devido acréscimo de 5% (cinco por cento) de imposto de renda sobre o lucro líquido da empresa contratada, conforme disposto no Edital.

8.1.3. A proposta deverá conter o valor unitário e o valor total de cada item, bem como o valor total da proposta, em reais, com o devido acréscimo de 5% (cinco por cento) de imposto de renda sobre o lucro líquido da empresa contratada, conforme disposto no Edital.

EM BRANCO

8.1.4. A proposta deverá conter o valor unitário e o valor total de cada item, bem como o valor total da proposta, em reais, com o devido acréscimo de 5% (cinco por cento) de imposto de renda sobre o lucro líquido da empresa contratada, conforme disposto no Edital.

8.1.5. A proposta deverá conter o valor unitário e o valor total de cada item, bem como o valor total da proposta, em reais, com o devido acréscimo de 5% (cinco por cento) de imposto de renda sobre o lucro líquido da empresa contratada, conforme disposto no Edital.

8.1.6. A proposta deverá conter o valor unitário e o valor total de cada item, bem como o valor total da proposta, em reais, com o devido acréscimo de 5% (cinco por cento) de imposto de renda sobre o lucro líquido da empresa contratada, conforme disposto no Edital.

8.1.7. A proposta deverá conter o valor unitário e o valor total de cada item, bem como o valor total da proposta, em reais, com o devido acréscimo de 5% (cinco por cento) de imposto de renda sobre o lucro líquido da empresa contratada, conforme disposto no Edital.

8.1.8. A proposta deverá conter o valor unitário e o valor total de cada item, bem como o valor total da proposta, em reais, com o devido acréscimo de 5% (cinco por cento) de imposto de renda sobre o lucro líquido da empresa contratada, conforme disposto no Edital.

8.1.9. A proposta deverá conter o valor unitário e o valor total de cada item, bem como o valor total da proposta, em reais, com o devido acréscimo de 5% (cinco por cento) de imposto de renda sobre o lucro líquido da empresa contratada, conforme disposto no Edital.

8.1.10. A proposta deverá conter o valor unitário e o valor total de cada item, bem como o valor total da proposta, em reais, com o devido acréscimo de 5% (cinco por cento) de imposto de renda sobre o lucro líquido da empresa contratada, conforme disposto no Edital.



8.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.1 Nos termos do art. 67, da Lei nº 14.133/2021, o Responsável Técnico pela realização dos serviços envolvidos no processo deverá ser um Engenheiro Civil ou profissional equivalente que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 junho de 1973.

8.2.2 As empresas com seus empregados devem cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.3 Apresentar prova válida (Certidão de Pessoa Jurídica) de registro e regularidade da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU na qual constem todos os seus responsáveis técnicos, com jurisdição sob o domicílio da sede do Licitante.

8.2.4 Apresentar prova válida (Certidão de Pessoa Física) de registro e regularidade do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, com jurisdição sob o domicílio da sede da empresa.

8.2.5 Para fins de qualificação **técnico-profissional**, a Licitante deverá apresentar, nos termos de seu art. 67 Lei 14.133/2021, Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA ou CAU, de obras e serviços superiores ou equivalentes ao do objeto licitado, devidamente acompanhada do Atestado de Capacidade Técnica registrado no CREA ou CAU, conforme quantitativo mínimo abaixo:

ITEM	ITENS DE SERVIÇO	UND.	QTD. MÍNIMA EXIGIDA
4.4.4	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	M2	211,20
4.3.3	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	235,87
4.3.4	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	235,87
5.5.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	75,09
5.6.2	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	150,19

8.2.6 Apresentar **ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado **devidamente registrado(s)** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – **CREA/Conselho de Arquitetura e**



Urbanismo/CAU, para fins de comprovação **técnico-operacional**, demonstrando que a empresa desempenhou atividades relativas à execução de obra ou serviços de engenharia, compatíveis com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação conforme abaixo especificado:

ITEM	ITENS DE SERVIÇO	UND.	QTD. MÍNIMA EXIGIDA
4.4.4	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF 07/2021	M2	211,20
4.3.3	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M2	235,87
4.3.4	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	235,87
5.5.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 12/2021	M2	75,09
5.6.2	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M ² E 10M ² , E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF 03/2024	M2	150,19

8.2.7 A(s) CERTIDÃO (ÕES) DE ACERVO TÉCNICO (CAT) emitidas via internet deverão estar impressas na sua totalidade, na íntegra e anexadas à documentação de habilitação.

8.2.8 Será(ão) inválida(as) a(as) certidão(es) que não apresentar(em) rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023, do CONFEA.

8.2.9 Os atestados e acervos para efeito de qualificação técnica poderão conter um ou mais itens exigidos, admitindo-se, o somatório dos quantitativos.

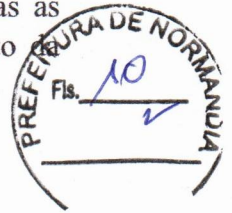
8.2.10 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços;

8.2.11 Apresentar Termo de Compromisso(Declaração formal) da licitante de que o(s) responsável (is) técnico(s), detentor (es) da(s) Certidões de Acervo Técnico(s)/Atestados referido(s) no subitem 8.5; será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra, devidamente assinado conjuntamente pelo representante legal da licitante e pelo(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s).

8.2.12 O Termo de Compromisso deverá ser assinado na licitação somente por profissionais detentores dos Acervos Técnicos apresentados para atendimento ao **edital de licitação** e pelo **representante legal da empresa**.



8.2.13 Apresentar Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto licitação.



8.2.14 DA VISTORIA TÉCNICA

8.2.14.1 É assegurado ao licitante o direito de realizar vistoria prévia no local de execução da obra, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. (Art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

8.2.14.2 O licitante poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar, mediante **declaração formal** do representante legal da empresa e seu responsável técnico (Art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), ressaltando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo total responsabilidade por esse fato, citando expressamente que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que sejam avenças técnicas ou financeiras com a Prefeitura Municipal de Normandia.

8.2.14.3 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.2.14.4 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

8.2.14.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9 REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E REAJUSTE DE CONTRATO

9.2 Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder a 12 (doze) meses, com data-base à data do orçamento estimado, por motivos alheios à vontade da **CONTRATADA**, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse da **CONTRATANTE** ou fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna pertinente ao objeto licitado, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa da **CONTRATADA** e à **CONTRATANTE** se reserva o direito de



Art. 1º - A presente Portaria tem por objeto a nomeação de todos os servidores públicos para o cargo de...

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E RECURSOS PÚBLICOS

Art. 2º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 3º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 4º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 5º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 6º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 7º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 8º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 9º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 10º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...

EM BRANCO

Art. 11º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 12º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 13º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 14º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 15º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 16º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 17º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 18º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 19º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...
Art. 20º - É nomeado para o cargo de... o Sr. ...

REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 1º - A presente Portaria tem por objeto a revisão dos preços registrados...



analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando a seguinte fórmula:

- 9.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

$$R = V (I - I_0) / I_0, \text{ onde:}$$

R= valor do reajuste
procurado; V= valor
constante da proposta;

- 9.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 9.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- 9.6 Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 9.7 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.8 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10 PRAZO DE EXECUÇÃO

- 10.2 O prazo de **execução** da obra é de 150(cento e cinquenta) dias, contados da assinatura da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.3 O prazo de **vigência do Contrato** será de 210(duzentos e dez) dias.
- 10.4 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

11 DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- 11.2 O objeto do contrato será recebido de forma provisória e definitiva, as quais serão realizados na forma da legislação vigente observadas as demais condições previstas em procedimento interno para o recebimento dos serviços do contrato:
- 11.3 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- 11.4 O Recebimento Provisório só poderá ocorrer se satisfeitas as seguintes condições:



Realizado em 14/05/2014, com a presença de todos os membros da Comissão de Licitação.

Após a abertura dos envelopes, constatou-se que o envelope nº 001, pertencente ao Sr. [nome], foi o vencedor da licitação, por apresentar o menor preço por unidade.

Item	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
02	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
03	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
04	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
05	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
06	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
07	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
08	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
09	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
10	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
11	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
12	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
13	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
14	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
15	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
16	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
17	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
18	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
19	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
20	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
21	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
22	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
23	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
24	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
25	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
26	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
27	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
28	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
29	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
30	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
31	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
32	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
33	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
34	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
35	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
36	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
37	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
38	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
39	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
40	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
41	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
42	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
43	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
44	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
45	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
46	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
47	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
48	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
49	[Descrição]	[Valor]	[Valor]
50	[Descrição]	[Valor]	[Valor]

O vencedor da licitação deverá apresentar o documento de habilitação e o contrato de compra no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da homologação.

Após a apresentação dos documentos, a Comissão de Licitação procederá à análise e, se for o caso, à habilitação do vencedor.

Após a homologação, o vencedor deverá apresentar o contrato de compra no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da homologação.

EM BRANCO

Assinatura do Presidente da Comissão de Licitação: _____
Assinatura do Secretário: _____
Assinatura do Encarregado: _____

DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do contrato será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da homologação.

O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) dias úteis.

O prazo de entrega dos materiais será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da homologação.

DO REGIME DE PREÇOS

O contrato será regido pelo regime de preços fixos e definitivos.

Procederá-se ao pagamento dos materiais conforme o cronograma de pagamentos.

Este Edital encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Normandia.



11.5 Realização de todos os ensaios e testes, envolvendo a completude de todos os serviços envolvidos na execução;

11.6 Realização de todas as medições e/ou apropriações referentes a reduções, acréscimos e modificações;

11.7 A fiscalização do Município Aderente realizará o levantamento de eventuais pendências executivas a serem satisfeitas pela Contratada.

11.8 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

11.9 O(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) contratado(s) será(ão) lavrado(s), e em 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que satisfeitas as seguintes condições:

11.10 Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou de fornecedores de materiais, de encargos sociais e tributários concernentes à execução do objeto, ou, ainda, de prestadores de serviços empregados na execução dos serviços;

11.11 Entrega dos seguintes documentos: Comprovante de inexistência de débitos para com o Sistema da Seguridade Social, CREA/CAU e FGTS; Diário da Obra original; e Certidões negativas de que não pesam sobre os serviços quaisquer ações judiciais por prejuízos causados a terceiros.

11.12 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

11.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

11.14 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

11.15 Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

11.16 Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

12 CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO



- 12.2 Caso não possua, a CONTRATADA terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para providenciar a abertura de conta corrente no Banco do Brasil S/A, a contar da assinatura do contrato;
- 12.3 As medições serão realizadas pela CONTRATADA por meio do Fiscal de Contratos formalmente designado, conforme Cronograma Físico-Financeiro, devendo ser encaminhadas devidamente datadas e assinadas a Secretaria Municipal de obras, para aferição e emissão do competente atestado pela fiscalização. Todavia a primeira medição será realizada depois de transcorrido 30 (trinta) dias da expedição da Ordem de Serviço, e a última medição, após a conclusão do serviço ou obra;
- 12.4 A contratada deverá apresentar medição obrigatoriamente a cada 30 (trinta) dias, caso não haja serviços a medir e a obra não esteja paralisada deverá ser apresentado medição “Zero”.
- 12.5 Entre duas medições não poderá, decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final);
- 12.6 No caso de prorrogação regular da execução das etapas deverão ser feito e aprovado o novo Cronograma Físico-Financeiro da Contratada, prevalecendo em real vigente nas novas datas previstas para a execução do objeto contratado;
- 12.7 No caso de erro na fatura que for apresentada será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, ficando o prazo estipulado “para pagamento de até 30 (trinta) dias” prorrogado até a apresentação da medição corrigida. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação da fatura corrigida não acarretando qualquer ônus para o Prefeitura Municipal de Normandia/RR;
- 12.8 O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela contratada, da Regularidade Fiscal e Trabalhista, devendo ser apresentado juntamente com a Fatura, a Nota Fiscal e o documento comprobatório de regularidade do contribuinte para com o recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social e a outras entidades de fundos arrecadados pela RFB, ou seja, a CND – Certidão Negativa de Débitos – Previdenciários e Trabalhista, em conformidade com o disposto nos artigos 405 e 406 do IN nº 971/09 da Receita Federal do Brasil;
- 12.9 Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade.
- 12.10 Ao ser liberada para pagamento a última parcela prevista no cronograma físico-financeiro, o (s) fiscal (is) da obra ou serviços de engenharia, encaminhará ao Secretário Municipal de Obras, o Termo de Recebimento Provisório;
- 12.11 O pagamento da última parcela da obra ou serviço ficará condicionada à juntada de cópia do Termo de Recebimento Provisório aos respectivos autos do contrato;
- 12.12 Quaisquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicado à Prefeitura Municipal de Normandia/RR, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;



- 12.13 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Prefeitura Municipal de Normandia/RR em favor da CONTRATADA; Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;
- 12.14 O pagamento efetuado pela Prefeitura isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas;
- 12.15 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 12.14.1 não produziu os resultados acordados;
- 12.14.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 12.14.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 12.16 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 12.17 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada e verificada a ausência da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
- 12.18 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- 12.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 12.20 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal;
- 12.21 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;
- 12.22 Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 12.23 No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a

- 12.12. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.13. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.14. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.15. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.16. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.17. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.18. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.19. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.20. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.21. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.22. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.
- 12.23. O prazo para apresentação de proposta de participação em consórcio público para a prestação de serviços públicos de interesse comum, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da convocatória.

EM BRANCO



contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.22.1 Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

12.22.2 O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 A Contratada deverá prestar garantia, na modalidade Seguro-Garantia, com cláusula de retomada, no valor correspondente a **1%(um por cento)** do valor do Contrato, conforme disposto no [artigo 98, da Lei nº 14.133/2021](#).

13.2 O prazo para apresentação da garantia será de até 30 (trinta) dias, contado da data de homologação da licitação à assinatura do contrato, nos termos do [art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021](#).

13.3 O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas no [art. 97, da Lei nº 14.133/2021](#).

a) o prazo de **vigência da apólice** será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

b) o **seguro-garantia** continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas;

13.4 Na forma do [art. 102, da Lei nº 14.1333/2021](#), em caso de inadimplemento da Contratada, o Contratante exigirá à seguradora que assumira a execução da obra e conclua o objeto desta contratação, sendo-lhe facultada:

a) a **execução e conclusão da obra**, ficando isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice; e

b) **não assumir a execução do contrato**, se responsabilizando pelo pagamento da integralidade da importância segurada indicada na apólice.

13.5 Caso a Seguradora decida assumir a execução do objeto contratado, conforme [art. 102, inciso II, da Lei nº 14.1333/2021](#), será autorizada:

a) a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, desde que demonstrada a respectiva regularidade fiscal; e

b) a subcontratação do contrato, total ou parcialmente. 13.6 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

13.6 O Contratante restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços



...com o intuito de garantir a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos cidadãos, a Prefeitura Municipal de Morandiá, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Serviços Públicos, vem por meio desta convocar a licitação nº 001/2021 para a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos.

O interessado deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como preencher o formulário de inscrição no processo licitatório, conforme modelo em anexo, e entregar no endereço eletrônico indicado no Edital, até o dia 15 de maio de 2021, às 14h30min.

TERMO DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

1.1. A licitação tem por objeto a contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos, conforme especificações técnicas e comerciais em anexo.

1.2. O prazo para apresentação das propostas é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação do Edital no Diário Oficial do Município de Morandiá, no dia 14/05/2021.

EM BRANCO

1.3. O licitante vencedor deverá apresentar garantia bancária em nome do Município de Morandiá, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, conforme artigo 17 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de entrega dos serviços é de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, conforme especificações técnicas em anexo.

1.5. O licitante vencedor deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como preencher o formulário de inscrição no processo licitatório, conforme modelo em anexo, e entregar no endereço eletrônico indicado no Edital, até o dia 14/05/2021, às 14h30min.

1.6. O licitante vencedor deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como preencher o formulário de inscrição no processo licitatório, conforme modelo em anexo, e entregar no endereço eletrônico indicado no Edital, até o dia 14/05/2021, às 14h30min.

1.7. O licitante vencedor deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como preencher o formulário de inscrição no processo licitatório, conforme modelo em anexo, e entregar no endereço eletrônico indicado no Edital, até o dia 14/05/2021, às 14h30min.

1.8. O licitante vencedor deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como preencher o formulário de inscrição no processo licitatório, conforme modelo em anexo, e entregar no endereço eletrônico indicado no Edital, até o dia 14/05/2021, às 14h30min.

1.9. O licitante vencedor deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como preencher o formulário de inscrição no processo licitatório, conforme modelo em anexo, e entregar no endereço eletrônico indicado no Edital, até o dia 14/05/2021, às 14h30min.



objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

13.7 Na hipótese do vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

13.8 Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto



14. MEDIÇÕES

14.1 Somente serão medidos itens efetivamente executados.

As medições referentes aos materiais, cujo fornecimento estiver a cargo do beneficiário do registro de preços, somente serão efetuados após a aplicação ou assentamento dos mesmos.

14.2 Procedimentos para a tramitação das medições dos serviços na fase intermediária:

Os serviços serão medidos de acordo com sua execução;

As memórias de medição deverão ser encaminhadas à equipe de fiscalização, por meio digital e físico, em formato de planilha;

14.3 Após a aprovação da medição, a equipe de fiscalização do Município Aderente solicitará a apresentação da nota fiscal correspondente ao beneficiário do registro de preços.

14.4 A documentação, juntamente com anexos, será encaminhada à área técnica responsável para as providências relativas ao pagamento.

14.5 Toda documentação será enviada ao operador financeiro do órgão repassador, que fará as devidas análises e vistorias para posterior liberação dos recursos;

14.6 Após tal liberação será depositado o pagamento da medição;

14.7 Todas as medições deverão ser entregues, juntamente com os documentos relacionados neste Projeto Básico devidamente carimbados e assinados pelos Engenheiros e/ou Arquitetos do Município Aderente que sejam designados para tarefas tais (fiscal/gestor).

14.8 Toda e qualquer medição somente será tramitada normalmente se estiver acompanhada, sem exceção, pelos documentos abaixo relacionados:

- a) Boletim de Medição;
- b) Memórias de medição;
- c) Relatório fotográfico, em 02 (duas) vias coloridas, representativo das obras, devidamente identificadas por local e data de realização;
- d) Cópias dos registros mais importantes do Relatório Diário de Obra, incluindo observações semanais do engenheiro residente;



Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

LEGISLAÇÃO

1.1 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

1.2 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

EM BRANCO

1.3 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

1.4 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

1.5 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

1.6 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

1.7 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

1.8 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

1.9 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

1.10 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

1.11 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.

1.12 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde Pública, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal em todas as ações de saúde pública, bem como de promover a participação da comunidade na formulação e execução das políticas de saúde.



15. SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1 O beneficiário do Registro de Preços não poderá ceder ou subcontratar os serviços objeto deste Projeto Básico, sem prévia autorização do Órgão Gerenciador, por escrito, sendo permitida na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, até o limite de 25% do objeto contratado.
- 15.2 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 15.3 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- 15.4 A autorização de subcontratação concedida pelo Órgão Gerenciador não eximirá o beneficiário do Registro de Preços da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste Projeto Básico.

16. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 16.1 A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por no mínimo 01 (um) servidor, doravante denominado FISCAL, designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Prefeitura, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do instrumento contratual, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.
- 16.2 O Fiscal do Contrato que atestar a fatura, nota fiscal, ou documento com igual finalidade, declara neste ato que o serviço a que se refere foi satisfatoriamente prestado ou integralmente fornecido, fica ainda assegurado aos técnicos da Prefeitura Municipal de Normandia o direito de a critério da administração, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, da execução dos serviços prestados pela licitante vencedora com livre acesso ao local das obras para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários a boa execução dos serviços;
- 16.3 A nomeação de Fiscal de Contrato, constitui obrigação inerente à atividade Profissional, notadamente o dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares essenciais, bem como, o



EM BRANCO

12) O presente contrato de prestação de serviços de limpeza pública, objeto do Edital nº 001/2014, será regido pelas cláusulas e condições constantes no Edital nº 001/2014, bem como no presente contrato, o qual constitui o instrumento de contratação e o instrumento de execução do contrato, não havendo, portanto, a necessidade de elaboração de termo de referência para a contratação dos serviços.

13) O presente contrato de prestação de serviços de limpeza pública, objeto do Edital nº 001/2014, será regido pelas cláusulas e condições constantes no Edital nº 001/2014, bem como no presente contrato, o qual constitui o instrumento de contratação e o instrumento de execução do contrato, não havendo, portanto, a necessidade de elaboração de termo de referência para a contratação dos serviços.

14) O presente contrato de prestação de serviços de limpeza pública, objeto do Edital nº 001/2014, será regido pelas cláusulas e condições constantes no Edital nº 001/2014, bem como no presente contrato, o qual constitui o instrumento de contratação e o instrumento de execução do contrato, não havendo, portanto, a necessidade de elaboração de termo de referência para a contratação dos serviços.

EM BRANCO

15) O presente contrato de prestação de serviços de limpeza pública, objeto do Edital nº 001/2014, será regido pelas cláusulas e condições constantes no Edital nº 001/2014, bem como no presente contrato, o qual constitui o instrumento de contratação e o instrumento de execução do contrato, não havendo, portanto, a necessidade de elaboração de termo de referência para a contratação dos serviços.

ANEXOS

16) O presente contrato de prestação de serviços de limpeza pública, objeto do Edital nº 001/2014, será regido pelas cláusulas e condições constantes no Edital nº 001/2014, bem como no presente contrato, o qual constitui o instrumento de contratação e o instrumento de execução do contrato, não havendo, portanto, a necessidade de elaboração de termo de referência para a contratação dos serviços.

17) O presente contrato de prestação de serviços de limpeza pública, objeto do Edital nº 001/2014, será regido pelas cláusulas e condições constantes no Edital nº 001/2014, bem como no presente contrato, o qual constitui o instrumento de contratação e o instrumento de execução do contrato, não havendo, portanto, a necessidade de elaboração de termo de referência para a contratação dos serviços.

18) O presente contrato de prestação de serviços de limpeza pública, objeto do Edital nº 001/2014, será regido pelas cláusulas e condições constantes no Edital nº 001/2014, bem como no presente contrato, o qual constitui o instrumento de contratação e o instrumento de execução do contrato, não havendo, portanto, a necessidade de elaboração de termo de referência para a contratação dos serviços.



cumprimento de ordens superiores;

- 16.4 O acompanhamento, bem como a Fiscalização da execução da obra será realizada pela Prefeitura Municipal de Obras, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram;
- 16.5 Toda e qualquer alteração dos serviços, deverá ser solicitada, por escrito, e justificada previamente para ser formalmente autorizada pela fiscalização;
- 16.6 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.7 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua função;
- 16.8 Fica assegurado aos técnicos da Prefeitura o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços;
- 16.9 Notificar a Contratada tão logo surja o vício, defeito ou incorreção, para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração;
- 16.10 Todos os processos construtivos, serviços e materiais deverão atender às seguintes premissas: a) Estabilidade estrutural; b) Durabilidade e estanqueidade igual ou superior aos processos convencionais; c) Execução de regularização de base em condições perfeitas para a aplicação de materiais de acabamento; d) Utilização de materiais de 1ª qualidade e mão-de-obra especializada; e, e) Normas de Segurança;
- 16.11 O contrato poderá ser modificado, a qualquer tempo a critério exclusivo da CONTRATANTE, que de comum acordo com os autores do projeto fixará as implicações e acertos decorrentes, visando à continuidade dos serviços;
- 16.12 Toda e qualquer alteração dos serviços deverá ser solicitada formalmente e devidamente justificada para ser analisada, podendo posteriormente ser autorizada pela fiscalização;
- 16.13 Modificações no projeto ou colocação de materiais de fornecedores não especificados poderão ou não ser aceitas, mediante prévia consulta aos projetistas;
- 16.14 Fiscalizar para que os serviços prestados obedeçam, rigorosamente, aos preceitos dispostos na Norma Regulamentadora nº 4 - NR 4, que regula os



comprometimento de recursos próprios.

15.4.1.4. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.

15.4.1.5. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.

15.4.1.6. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.

15.4.1.7. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.

15.4.1.8. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.

EM BRANCO

15.4.1.9. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.

15.4.1.10. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.

15.4.1.11. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.

15.4.1.12. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.

15.4.1.13. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.

15.4.1.14. O presente contrato não possui caráter de prestação de serviços, devendo ser considerado como prestação de serviços, pois não há prestação de serviços, sendo apenas a execução de obras e serviços de engenharia.



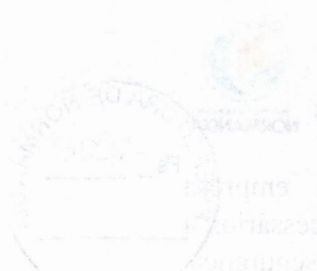
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO, para trabalhos desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados;

- 16.15 O presente Projeto objetiva fixar as condições gerais a que deverão ser obedecidas durante a execução das obras, bem como caracterizar as obrigações e direitos da empresa contratada a qual será confiada a execução da dita obra;
- 16.16 As relações mútuas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidas por intermédio do Fiscal de Contrato da CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA;
- 16.17 A CONTRATADA se obriga a facilitar o acesso à fiscalização dos materiais, execução das obras e serviços contratados, facultando à Fiscalização o acesso às partes das obras contratadas;
- 16.18 À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da Ordem de Serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra;
- 16.19 A CONTRATADA se obriga a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização, venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;
- 16.20 A CONTRATADA deverá obedecer às Normas Técnicas em vigor que se aplicam ao serviço contratado, conforme o imposto pelo Código de Defesa do Consumidor, em caso de descumprimento submetendo-se às penalidades nele previstas;
- 16.21 A qualquer momento, mediante real necessidade levantada pela fiscalização e devidamente justificada, o CONTRATANTE poderá solicitar a mudança do Responsável Técnico da Obra, contanto que, atenda aos requisitos exigidos no Edital quanto ao item de responsabilidade técnica;
- 16.22 Aferir os serviços executados para devido atesto das medições MENSALMENTE conforme previsto no cronograma físico financeiro;
- 16.23 Assegurar que todas as Etapas previstas neste projeto para execução da obra estejam seguindo rigorosamente as normas técnicas vigentes e anexos do Projeto Básico, visando a garantia de uma boa execução dos serviços;
- 16.24 Assegurar que os equipamentos e mão de obra estão sendo utilizados, conforme previstos nas composições unitárias de preço deste projeto, visando o total atendimento as produções ali previstas para execução de cada serviço constante, para que a obra possa ser executada em total acordo com os critérios aqui estabelecidos;
- 16.25 Fiscalizar para que durante a execução dos serviços, seja prestada toda assistência técnica-administrativa, mantendo também no local dos



serviços um profissional habilitado para responder pela empresa (preposto), bem como, todos os equipamentos e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos;

- 16.26 Cabe à fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais.
- 16.27 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;
- 16.28 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais
- 16.29 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.
- 16.30 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;
- 16.31 Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 16.32 O fiscal deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 16.33 No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:
- 16.34 solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:
- 16.35 ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- 16.36 à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- 16.37 à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;



serão em primeira instância para responder pelo contrato
que por ele for contratado, e em caso de necessidade
de recursos, a responsabilidade será do contratado.
16.10. O contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação
de equipamentos elétricos, eletrônicos e de informática, bem como
de outros equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de informática,
deve ser contratado em modalidade de licitação, observando-se
os procedimentos estabelecidos no Edital de Licitação.

16.11. A contratação de material de consumo para o funcionamento
do equipamento de manutenção e reparação de equipamentos
elétricos, eletrônicos e de informática, bem como de outros
equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de informática, deve
ser realizada em modalidade de licitação, observando-se
os procedimentos estabelecidos no Edital de Licitação.

16.12. A contratação de serviços de manutenção e reparação de
equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de informática, bem
como de outros equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de
informática, deve ser realizada em modalidade de licitação,
observando-se os procedimentos estabelecidos no Edital de
Licitação.

16.13. O contrato de prestação de serviços de manutenção e
reparação de equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de
informática, bem como de outros equipamentos eletrônicos,
eletrônicos e de informática, deve ser contratado em
modalidade de licitação, observando-se os procedimentos
estabelecidos no Edital de Licitação.

EM BRANCO

16.14. O contrato de prestação de serviços de manutenção e
reparação de equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de
informática, bem como de outros equipamentos eletrônicos,
eletrônicos e de informática, deve ser contratado em
modalidade de licitação, observando-se os procedimentos
estabelecidos no Edital de Licitação.

16.15. A contratação de serviços de manutenção e reparação
de equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de informática,
bem como de outros equipamentos eletrônicos, eletrônicos
e de informática, deve ser realizada em modalidade de
licitação, observando-se os procedimentos estabelecidos
no Edital de Licitação.

16.16. Para a contratação de serviços de manutenção e
reparação de equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de
informática, bem como de outros equipamentos eletrônicos,
eletrônicos e de informática, deve ser observado o
procedimento estabelecido no Edital de Licitação.

16.17. A contratação de serviços de manutenção e reparação
de equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de informática,
bem como de outros equipamentos eletrônicos, eletrônicos
e de informática, deve ser realizada em modalidade de
licitação, observando-se os procedimentos estabelecidos
no Edital de Licitação.

16.18. A contratação de serviços de manutenção e reparação
de equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de informática,
bem como de outros equipamentos eletrônicos, eletrônicos
e de informática, deve ser realizada em modalidade de
licitação, observando-se os procedimentos estabelecidos
no Edital de Licitação.

16.19. A contratação de serviços de manutenção e reparação
de equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de informática,
bem como de outros equipamentos eletrônicos, eletrônicos
e de informática, deve ser realizada em modalidade de
licitação, observando-se os procedimentos estabelecidos
no Edital de Licitação.

16.20. A contratação de serviços de manutenção e reparação
de equipamentos eletrônicos, eletrônicos e de informática,
bem como de outros equipamentos eletrônicos, eletrônicos
e de informática, deve ser realizada em modalidade de
licitação, observando-se os procedimentos estabelecidos
no Edital de Licitação.



- 16.38 aos depósitos do FGTS; e
- 16.39 ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 16.40 solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;
- 16.41 oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;
- 16.42 somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.
- 16.43 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 O contrato poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da Prefeitura Municipal de Normandia.
- 17.2 Qualquer serviço que venha a ser necessário e que não esteja expressamente especificado neste Projeto Básico deverá ser encaminhado por escrito à fiscalização e à equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras, para devidas providências.
- 17.3 Os casos omissos serão conhecidos e resolvidos pela Prefeitura Municipal de Normandia, à luz da Lei 14.133/2021.

Normandia/RR, 19 de outubro de 2025.

Responsável pela Elaboração:

MARCELO
BARAUNA
BENTO
(382.869.552-34)
:38286955234

Assinado de forma
digital por MARCELO
BARAUNA BENTO
(382.869.552-34):3828
695234
Data: 2025.11.19
06:49:10 -04:00

